



Câmara Municipal de Alto Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO SANTO

ESTADO DO CEARÁ

CNPJ: 69.727.931/0001 – 92

RUA: JOAQUIM ROGÉRIO CABÓ, 38 – TELEFAX: (88) 3429-1260

CEP: 62970-000

ALTO SANTO, CEARÁ

EMAIL: cmunicipalaltosanto@hotmail.com

33ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2025, PRESENCIALMENTE

PRESIDENTE: LEVI DAMASCENO BESSA

VICE-PRESIDENTE: LUIS FELIPE OLIVEIRA LIMA

SECRETÁRIO: CARLOS VINICIUS NAPOLEÃO NOBRE

Ao vigésimo nono dia do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, quarta-feira, às nove horas e sete minutos, reuniram-se ordinariamente os parlamentares no Plenário Vereador Vicente Avelino das Neves, da Câmara dos Vereadores de Alto Santo - CE. Abriu e presidiu a Sessão o Vereador **Levi Damasceno Bessa**, Presidente da Câmara. Secretariou a Sessão a servidora Maria do Carmo Silva, Diretora do Legislativo. Registraram presença os Vereadores: **FRANCISCO OTACÍLIO DIOGENES OLEGÁRIO, FRANCISCO BEZERRA BARRETO, EDISIO GIRÃO LIMA, LUÍS FELIPE OLIVEIRA LIMA, ANTÔNIO EMERSON ANDRADE ARAÚJO, LEVI DAMASCENO BESSA, ANTONIO ANDRÉ DIÓGENES CABÓ, FRANCISCO RÉNNIO MONTEIRO DIOGENES, PLÁCIDO OTÁVIO GOMES NETO, CARLOS VINICIUS NAPOLEÃO NOBRE** e de maneira remota o Vereador **LUAN MAGALHÃES DE OLIVEIRA**. O **Presidente**, verificando haver quórum, declarou aberta a sessão. Em seguida, consultou se todos os vereadores haviam lido a Ata Ordinária da Sessão realizada em 22 de outubro de 2025, a Ata foi disponibilizada em meio digital, com a confirmação de que todos leram, foi colocada em votação. Foi aprovada por unanimidade. **NO EXPEDIENTE CONSTOU: 1) Projeto de lei orçamentaria 039/ 2025 – Estima receita e fixa despesa do município de alto Santo para o exercício financeiro de 2026. 2) Projeto de lei 023/2025 – Dispõe sobre o plano plurianual de governo do município para o quadriênio de 2026 a 2029. 3) Projeto de lei 044/2025 - Dispõe sobre a denominação de rua pública sem denominação oficial para rua Edigar Holanda Magalhães. 4) Projeto de lei 041/2025 - Dispõe sobre a denominação de rua pública sem denominação oficial para rua Maria Maildes Bezerra Moreira. O PEQUENO EXPEDIENTE: Com a palavra o Vereador **Luís Felipe Oliveira Lima**, cumprimentou os**



Câmara Municipal de Alto Santo

colegas vereadores, os funcionários da casa, o público presente e os que acompanhavam pelas redes sociais. Pediu que fosse registrada uma nota de pesar pelo falecimento de dona Margarida, destacando que era uma pessoa muito boa do município, e solicitou que a nota fosse feita em nome de todos os vereadores da casa. Com a palavra o Vereador **Antônio Emerson Andrade Araújo**, cumprimentou a todos, os funcionários da casa e o presidente, e pediu para subscrever a nota de pesar pelo falecimento de dona Margarida, mencionando que também já tinha a intenção de solicitar essa homenagem. Não havendo mais falas o senhor **Presidente** declarou **encerrando o Pequeno Expediente. NO GRANDE EXPEDIENTE:** Com a palavra o Vereador **Antônio André Diogenes Cabó**, cumprimentou o presidente, os colegas vereadores, o público presente e os que acompanhavam pelas redes sociais, citando nominalmente algumas pessoas que estavam no plenário. Disse que aquela era a casa do povo e que todos tinham o direito de levar suas demandas para serem encaminhadas às secretarias competentes. Parabenizou os servidores públicos pelo seu dia, destacando a importância do trabalho de todos, desde os auxiliares de serviços gerais até os médicos, e pediu que a gestão valorizasse cada vez mais essa categoria, oferecendo melhores salários e condições de trabalho. Falou especialmente sobre os profissionais da saúde, mencionando pedidos de insalubridade e diárias para motoristas que viajam a Fortaleza, pedindo que a administração desse mais apoio a esses trabalhadores. Parabenizou também os professores e disse esperar que a festa dedicada a eles fosse marcada por reconhecimento e, se possível, por benefícios como rateios ou gratificações no fim do ano. Ressaltou a importância dos educadores e afirmou que ser professor exigia múltiplas funções, como as de psicólogo, médico e conselheiro, pedindo à gestão que reconhecesse a relevância dessa profissão para a formação de todas as demais. Em seguida, relatou problemas na obra da praça e da quadra do Castanhão, que estavam paradas havia mais de dois anos. Disse que não sabia se a responsabilidade era do governo ou do deputado envolvido, pois havia informações desconhecidas sobre o repasse de recursos. Relatou que o local estava cercado, o que dificultava o acesso, e que havia materiais abandonados e tijolos espalhados, o que representava risco de acidentes e brigas. Contou que a população estava insatisfeita e cobrava respostas dos vereadores, pedindo à gestão que esclarecesse a situação e apresentasse uma solução, seja concluindo a obra ou liberando o espaço para o uso da comunidade. Mencionou que havia conversado com o deputado responsável pela obra da praça do Castanhão, que esteve recentemente na comunidade para o velório de dona do Carmo. Solicitou um voto de pesar pelo falecimento dela, que era avó de sua esposa, destacando que era uma mulher de 102 anos, de bom coração e muito querida pela comunidade. Voltando ao assunto da praça, afirmou sentir vergonha ao passar pelo local devido às cobranças constantes dos moradores sobre a paralisação da obra. Disse que a população está insatisfeita, especialmente porque o distrito soma mais de 500 famílias e a Beira Rio mais de 100, e que a praça é o único espaço de lazer da região. Reclamou da cerca colocada ao redor do local e da dificuldade de acesso, contando que as pessoas chegam a ir para Jaguaribara em busca de diversão. Pediu que o prefeito vá até o Castanhão se reunir com os moradores e explicar a real situação da obra, considerando que a demora já virou motivo de piada. Disse que, se houver pendências financeiras ou



Câmara Municipal de Alto Santo

judiciais, é preciso recorrer ao governo ou ao Ministério Público para buscar uma solução e garantir a conclusão da reforma, que considerou essencial também para o desenvolvimento da Beira Rio. Afirmou que nasceu e mora na comunidade e quer continuar ali, contribuindo para o crescimento da região, que precisa de melhorias em infraestrutura, segurança, abastecimento e saúde. Elogiou o trabalho da equipe de saúde local, mas pediu que o posto funcione de segunda a sexta-feira com atendimento médico regular. Agradeceu ao radialista Luís Santana pelo convite para participar da Rádio Rio Figueiredo, elogiando a importância da emissora para divulgar as ações da gestão e dos deputados. Defendeu que os vereadores devem cobrar reforços na saúde, educação e infraestrutura e afirmou que ser vereador de oposição é agir com respeito, responsabilidade e sinceridade, apresentando as demandas do povo de forma honesta. Disse que, embora às vezes possa errar ou se exceder na fala, sempre agiu com seriedade ao longo dos seus três mandatos. Finalizou prestando homenagem à senhora Margarida Maria Tavares, parente sua e avó da secretária Jaque, desejando bênçãos a todos e encerrando com votos de uma boa semana. Com a palavra o Vereador **Plácido Otávio Gomes Neto**, iniciou cumprimentando o presidente, os colegas vereadores, os servidores da Câmara, o público presente e os que acompanhavam a sessão de forma remota, além da imprensa e do radialista professor Joel, a quem dirigiu um cumprimento especial. Agradeceu pela moção de pesar pela morte de sua avó, dona Maria do Carmo, mãe do ex Vice-Prefeito e ex-vereador doutor Diasis Rabelo, destacando que ela viveu 101 anos com paz e dedicação, deixando uma família tradicional e com história no município. Em seguida, abordou o tema da Praça do Castanhão, dizendo que seria desonesto afirmar que o Vereador André mentiu, pois o que ele relatou era verdade. Explicou que o prefeito Joeni teve azar com a obra, pois desde 2023 o recurso de 130 mil reais solicitado ao estado, por meio do deputado Antônio Granja, ficou sob responsabilidade estadual. Comentou que já havia sugerido ao prefeito que executasse a obra por conta própria, mas isso não seria possível, pois o dinheiro vinha do estado, comparando a situação à demora na construção da escola profissionalizante, que levou quatro anos. Ressaltou que André não atacava o prefeito injustamente e que a paralisação da praça era um problema que fugia do controle do município. Contou que, em grupos de mensagens da comunidade, muitos moradores expressavam insatisfação por não compreenderem que a responsabilidade era do estado. Disse ter conversado com o dono da construtora, que informou estar faltando repasse, e com o deputado Antônio Granja, que confirmou ter depositado apenas parte dos recursos, estando o restante travado. Comentou que a situação era semelhante à de outras obras, como a ambulância de Jaguaretama, também parada por entraves burocráticos. Reconheceu que a população já estava sem paciência e que, diante disso, os vereadores, o prefeito e a vice-prefeita deveriam se unir para cobrar uma solução diretamente do governo estadual ou de seus assessores, pois a praça precisava ser concluída. Destacou que a gestão municipal não tinha culpa, já que o problema vinha do estado, e defendeu o trabalho do prefeito, que executou obras em escolas e quadras tanto na sede quanto na zona rural, sempre com início e fim. Em seguida, parabenizou todos os servidores públicos pelo seu dia, dizendo que também era servidor e tinha orgulho disso. Observou que muitos reconheciam o professor como



Câmara Municipal de Alto Santo

servidor, mas lembrava que havia outros profissionais igualmente importantes, como merendeiras, advogados e dentistas. Ressaltou o valor do trabalho dos professores em sala de aula, especialmente aqueles que alfabetizavam turmas numerosas, e explicou que, por isso, havia um dia específico para homenageá-los. Informou que haveria uma festa na sexta-feira, na quadra da Lafayette Anselmo, para os servidores da educação, e disse ter certeza de que seria um grande evento. Reconheceu o trabalho feito pela gestão municipal e mencionou que todos os prefeitos anteriores também haviam contribuído com o desenvolvimento de Alto Santo, mas afirmou que o momento atual se destacava pelos investimentos em educação, especialmente na ampliação do ensino em tempo integral, política que considerou essencial para o avanço do país e na qual o Ceará era pioneiro. Defendeu que o município deveria aplicar o tempo integral de forma plena, sem liberar os alunos no horário do almoço, já que o regime era obrigatório por lei. Explicou que a liberação acabava gerando boatos de que faltavam transporte ou alimentação, quando, na verdade, todas as escolas tinham esses serviços garantidos. Sugeriu que a Secretaria de Educação fosse mais firme nesse ponto para evitar distorções e reforçou que não se tratava de negar o direito da população de reivindicar, mas de esclarecer a função e a obrigatoriedade do ensino integral. Agradeceu à vice-prefeita Genileuda pelo empenho em melhorar o transporte sanitário, relatando que, antes, pacientes precisavam dormir na cidade após atendimento, mas que isso havia mudado, com viagens sendo organizadas de forma mais eficiente. Elogiou a forma como a vice-prefeita vinha atuando, dizendo que ela facilitava o atendimento em vez de criar dificuldades. Por fim, comentou sobre um vídeo divulgado nas redes sociais no qual o prefeito Joeni se comprometia a equiparar os salários dos professores temporários aos dos efetivos, destacando que a proposta ainda tramitava no Congresso, mas que o prefeito se adiantou e assumiu o compromisso mesmo antes da aprovação. Disse que muitos municípios, como Jaguaribara, Tabuleiro e Russas, pagavam bem aos efetivos, mas apenas um salário-mínimo aos temporários, e que Alto Santo também tinha essa diferença até 2022, considerando positiva a decisão da gestão de corrigir essa desigualdade. Com a palavra o Vereador/Presidente **Levi Damasceno Bessa**, cumprimentou a todos e agradeceu ao Vereador Plácido pela parte, dizendo que queria complementar sua fala. Explicou que a equiparação salarial dos professores temporários com os efetivos não seria feita apenas por obrigação legal, mas por iniciativa própria do prefeito Joeni, que já havia demonstrado interesse em realizar a correção antes mesmo de a lei tramitar no Congresso. Mencionou que a Câmara havia recebido um ofício do prefeito, cerca de duas semanas antes da repercussão da proposta, confirmando essa intenção de reajuste, reforçando que a medida partia de uma decisão da gestão municipal e não apenas de uma exigência futura da legislação. Retoma a palavra o Vereador **Plácido Otávio Gomes Neto**, afirmou que o trabalho vinha acontecendo de forma contínua e coletiva, mas destacou que ainda era necessário valorizar mais os profissionais. Disse que o servidor público ficava satisfeito quando havia melhorias financeiras e reconheceu que avanços importantes haviam sido conquistados na atual gestão, como a implementação da licença-prêmio, um direito antigo que nunca havia sido efetivamente cumprido em Alto Santo. Explicou que, na administração do prefeito Joeni, o benefício passou a ser concedido de forma integral, incluindo todas as gratificações, e que isso



Câmara Municipal de Alto Santo

representava um avanço em relação a municípios como Jaguaribara, onde o direito existia, mas o pagamento era feito apenas sobre o salário base. Comentou também que a Câmara de Jaguaribara havia aprovado recentemente um projeto que corrigia essa situação. Por fim, destacou que havia tomado conhecimento de que o precatório do FUNDEF de Alto Santo, no valor aproximado de dois milhões de reais, tinha possibilidade de ser pago. Disse que o presidente da APEOC havia confirmado essa informação e que seria preciso uma reunião entre o sindicato, o Executivo e a Câmara para tratar do assunto. Lembrou que o pagamento beneficiaria servidores da educação que trabalharam entre 1996 e 2006 e reforçou que a questão deveria ser discutida com urgência. Encerrou agradecendo e desejando um bom dia a todos. Com a palavra o Vereador **Francisco Rénnio Monteiro Diogenes**, iniciou saudando o presidente, os colegas vereadores, os servidores municipais, a imprensa e os comunicadores locais, citando nomes como Luiz Santana, professor Joel, Divino, Odilon, DJ e Olívio. Em seguida, prestou homenagem aos servidores públicos, especialmente aos que trabalham na zona rural e enfrentam longas distâncias de deslocamento para cumprir suas funções. Disse que vinha fazendo algumas solicitações no âmbito estadual por perceber que certas ações estavam destoando dos princípios históricos do Partido dos Trabalhadores, partido que, segundo ele, teve papel central nas conquistas sociais das classes trabalhadoras. Pediu aos vereadores Plácido e Felipe, filiados ao PT, que intercedessem junto às direções do partido para buscar soluções a problemas que considerava graves. Seguindo o Vereador Rénnio, relatou o caso pessoal de seu filho, portador de condição crônica que exige dieta especial, afirmando que o fornecimento dessa dieta havia ficado oito meses suspenso e, mesmo após a entrega, os reagendamentos continuavam problemáticos. Disse que esse tipo de falha representava descuido do governo estadual com questões essenciais. Em seguida, comentou os mutirões de cirurgias eletivas anunciados pelo Estado e afirmou que, apesar de a criação do hospital universitário da Uece ter permitido o desbloqueio de algumas dessas cirurgias, os municípios do interior não dispõem de veículos suficientes para transportar pacientes. Criticou a ausência de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal em muitos postos e denunciou que um posto localizado próximo a Chorozinho estaria sendo ocupado por agentes do Detran, que estariam multando veículos usados para transporte de pacientes a hospitais. Segundo ele, esses agentes alegavam cumprir ordens superiores e aplicavam multas acima de dois mil reais mesmo quando os veículos eram emprestados de outras secretarias municipais por falta de transporte sanitário. Considerou essa prática absurda e sem sensibilidade, já que muitos pacientes esperavam há anos por uma cirurgia e dependiam desses transportes improvisados. Disse ter presenciado pessoalmente esse tipo de abordagem e afirmou possuir provas do que dizia, pedindo reflexão das autoridades, da classe política e da população. Reforçou que os prefeitos e secretários estavam confusos e apreensivos diante da situação, pois precisavam dar resposta às novas demandas de cirurgias sem estrutura suficiente. O Vereador Rénnio, também criticou a CAGECE, afirmando que a companhia havia recebido uma adutora de mais de nove milhões de reais cedida pelo município, mas ainda assim deixava comunidades, como o Jardim e o loteamento de Geudo Careca, em situação de descaso, exigindo esforços da prefeitura para realizar ligações de água que deveriam ser de responsabilidade



Câmara Municipal de Alto Santo

da estatal. Disse que isso era uma humilhação para a população. Por fim, comentou a implantação das escolas de tempo integral, dizendo concordar com a importância pedagógica da proposta, mas criticou a forma como o governo estadual vinha implementando o modelo, alegando que era quase uma imposição e que a maioria das escolas municipais não tinha estrutura adequada. Citou como exemplo a escola Urcesina Moura Cantilho, onde seu filho havia estudado, e reconheceu o esforço da equipe escolar, mas, disse que a falta de condições materiais era evidente. Pediu que a Secretaria Municipal de Educação de Alto Santo, flexibilizasse a implantação do tempo integral, considerando as dificuldades relatadas pelos pais e as necessidades de alunos com condições especiais. Agradeceu e pediu mais um minuto, para que possa passar a palavra ao colega, conforme autorização do presidente. Com a palavra o Vereador **Luís Felipe Oliveira Lima**, parabenizou o Vereador Rénnio, pela colocação sobre a CAGECE e concordou com as críticas feitas. Disse que na sede do município a empresa também não vinha cumprindo seu papel de forma adequada. Contou o caso de sua tia Nalda, conhecida na cidade e dona de uma loja localizada próximo à borracharia do Zé Foguinho, onde o prédio estava há mais de um ano sem conseguir ligação de água. Relatou que, segundo a CAGECE, o fornecimento só seria feito mediante parceria com a prefeitura, o que considerou absurdo e inaceitável para uma cidade como Alto Santo. Finalizou agradecendo ao Vereador. Com a palavra o Vereador **Plácido Otávio Gomes Neto**, agradeceu a concessão da palavra e esclareceu que sua fala anterior sobre flexibilização havia sido motivada por um debate a respeito da obrigação do transporte. Explicou que, quando mencionou a necessidade de flexibilizar, referia-se especificamente à questão do transporte, para evitar mal-entendidos sobre o sentido de sua colocação. Retoma a palavra o Vereador **Francisco Rénnio Monteiro Diogenes**, pediu que o pronunciamento do Vereador Plácido, fosse incorporado ao seu e encerrou agradecendo ao presidente pela concessão de tempo. Disse que sempre foi criticado por parte dos eleitores de Alto Santo por votar em candidatos do PT, mas afirmou que seus pais lhe deram condições de estudar, refletir e não ser alienado. Comentou que, embora tenha deficiência visual e enxergue pouco, tem plena capacidade de ler, interpretar e analisar o que acontece ao seu redor. Finalizou desejando que o menino Jesus abençoasse a todos. Com a palavra o Vereador **Francisco Otacilio Diogenes Olegário**, cumprimentou os presentes e comentou a fala do Vereador Rénnio, relatando um problema semelhante com a empresa Enel. Contou que, ao buscar informações sobre a instalação de energia trifásica para um prédio público, soube que a prefeitura havia enviado um ofício em janeiro solicitando a ampliação, mas a empresa respondeu que o serviço custaria 128 mil reais, valor que a prefeitura teria que pagar. Questionou o absurdo da situação, considerando que há exigência de energia adequada para escolas de tempo integral, mas a Enel não oferece condições. Disse conhecer casos em que a empresa puxou quilômetros de energia trifásica para casas abandonadas ou inutilizadas, enquanto escolas sofrem com sobrecarga elétrica, precisando desligar um ar-condicionado para ligar outro. Afirmou que buscaria o setor jurídico para verificar se existe alguma lei que obrigue a Enel a fornecer energia de qualidade a prédios públicos. Com a palavra o Vereador **Luís Felipe Oliveira Lima**, parabenizou o colega pelas colocações sobre a falta de bom senso da Enel, criticando a



Câmara Municipal de Alto Santo

péssima qualidade da energia fornecida no Ceará. Disse que há muito tempo a população sofre com esse problema e que fazer política é agir com democracia, elogiando quando há mérito e criticando quando é necessário para o bem do povo e do município. Relatou que há cerca de quatro ou cinco anos foi solicitado o fornecimento de energia trifásica para o Curral do Tio João, local onde é usada diariamente a ordenha, a forrageira e a iluminação do curral e da residência do morador, mas até o momento o serviço não foi concluído. Contou que apenas uma parte da instalação foi feita e o restante ficou pendente, o que demonstra o descaso e a defasagem da empresa. Reforçou que a política se faz com cobrança e fiscalização, e elogiou também as colocações do Vereador Rénnio, sobre a CAGECE, destacando que o povo de Alto Santo e do Ceará precisa ter seus direitos respeitados. Retoma a palavra o Vereador **Francisco Otacilio Diogenes Olegário**, que criticou o modo como a Enel realiza suas obras, afirmando que a empresa parece se preocupar apenas com números e relatórios, sem considerar quem de fato será beneficiado. Comentou que foi construída uma rede trifásica de 3 km para uma área onde não há moradores nem utilidade real, apenas uma casa velha prestes a cair com um transformador de 45, enquanto locais que realmente precisam do serviço permanecem sem atendimento. Disse que muitas crianças e pessoas seriam beneficiadas se a empresa ampliasse a rede trifásica em regiões como o Baixo e o Cabrito, onde o colégio está com dificuldade de funcionamento por falta de energia. Reforçou sua indignação com a falta de prioridade da empresa e declarou que pretende procurar o setor jurídico para verificar se existe base legal que obrigue a Enel a melhorar o fornecimento de energia sem custo para a prefeitura, já que considera absurdo o município ter que pagar R\$ 128 mil por um serviço que trará lucro à própria empresa. Finalizou desejando bom dia a todos. Não havendo mais falas o senhor **Presidente** declarou **encerrado o GRANDE EXPEDIENTE. NA ORDEM DO DIA:** O senhor **Presidente** colocou em votação nominal: **1) Projeto de lei 023/2025 – Dispõe sobre o plano plurianual de governo do município para o quadriênio de 2026 a 2029. Votaram de maneira favorável os Vereadores: Carlos Vinicius Napoleão Nobre; Antônio André Diogenes Cabó; Francisco Otacilio Diogenes Olegário; Placido Otávio Gomes Neto; Francisco Bezerra Barreto; Edisio Girão Lima; Francisco Rénnio Monteiro Diogenes; Antônio Emerson Andrade Araújo; Luís Felipe Oliveira Lima; Levi Damasceno Bessa. Aprovado por unanimidade. 2) Projeto de lei orçamentaria 039/2025 – Estima receita e fixa despesa do município de alto Santo para o exercício financeiro de 2026. Votaram de maneira favorável os Vereadores: Carlos Vinicius Napoleão Nobre; Antônio André Diogenes Cabó; Francisco Otacilio Diogenes Olegário; Placido Otávio Gomes Neto; Francisco Bezerra Barreto; Edisio Girão Lima; Francisco Rénnio Monteiro Diogenes; Antônio Emerson Andrade Araújo; Luís Felipe Oliveira Lima; Levi Damasceno Bessa. Aprovado por unanimidade. 3) Veto ao projeto de Lei do Legislativo 028/2025. Votaram de maneira favorável os Vereadores: Carlos Vinicius Napoleão Nobre; Antônio André Diogenes Cabó; Francisco Otacilio Diogenes Olegário; Placido Otávio Gomes Neto; Francisco Bezerra Barreto; Edisio Girão Lima; Francisco Rénnio Monteiro Diogenes; Antônio Emerson Andrade Araújo; Luís Felipe Oliveira Lima; Levi Damasceno Bessa. Aprovado por unanimidade. 4) Projeto de lei 041/2025 - Dispõe sobre a denominação de rua pública sem denominação**



Câmara Municipal de Alto Santo

oficial para rua Maria Maildes Bezerra Moreira. Votaram de maneira favorável os Vereadores: **Carlos Vinicius Napoleão Nobre; Antônio André Diogenes Cabó; Francisco Otacilio Diogenes Olegário; Placido Otávio Gomes Neto; Francisco Bezerra Barreto; Edisio Girão Lima; Francisco Rénnio Monteiro Diogenes; Antônio Emerson Andrade Araújo; Luís Felipe Oliveira Lima; Levi Damasceno Bessa.** Aprovado por unanimidade. O senhor **Presidente** colocou em segunda votação em bloco e de maneira simbólica os seguintes Projetos: 023/20254; 039/2025; 041/2025; 023/2025; 039/2025. Aprovados por unanimidade. O senhor **Presidente** colocou em votação em bloco os requerimentos solicitados. Aprovado por unanimidade. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** Com a palavra o Vereador **Antônio André Diogenes Cabó**, pediu que fosse enviado um ofício à gestão municipal solicitando providências em relação à Praça do Castanhão. Disse que o gestor tem mais facilidade de buscar soluções para essa situação e pediu que o assunto fosse tratado com urgência. Sugeriu ainda que, se necessário, os vereadores poderiam acompanhar a gestão para tentar resolver o problema. Agradeceu ao senhor Presidente. Com a palavra o Vereador **Antônio Emerson Andrade Araújo**, fez uma observação sobre um serviço realizado pela CAGECE na rua dos Alípios. Disse ter percebido que estão sendo feitas trocas de canos e mencionou que o Vereador Rênio já havia comentado sobre o assunto. Relatou que o asfalto está ficando com desníveis, em alguns pontos mais altos e em outros mais baixos, e que há cortes cada vez maiores. Questionou se, após o término do serviço, uma nova equipe seria enviada para fazer o reparo ou se a responsabilidade seria da prefeitura. Afirmou que considera esse reparo um dever da empresa. Com a palavra o Vereador **Francisco Rénnio Monteiro Diogenes**, pediu que o Vereador Plácido, que transmitisse o sentimento de pesar pelo falecimento de sua avó, esposa do senhor Justo Pereira, destacando a longevidade dela, que viveu 101 anos. Disse que, independentemente da idade, a perda de um ente querido sempre causa dor, e lembrou que o ex-vereador, ex-presidente da Câmara e ex-vice-prefeito Dr. Diassis Rabelo, sempre falava com muito carinho e admiração de sua mãe, o que fez com que ele também desenvolvesse respeito e estima pela senhora falecida. Em seguida, parabenizou o presidente pela condução da sessão e pela forma como tem enxugado a pauta, afirmando que isso mostra comprometimento e eficiência. Ressaltou que é importante reconhecer o trabalho das comissões e que o bom funcionamento da Câmara evita entraves nas ações do município. Disse que, assim como é papel do Vereador criticar quando necessário, também é justo elogiar quando há mérito, e por isso fez questão de registrar publicamente seu reconhecimento. Não havendo mais falas o Senhor **Presidente**, declarou encerrado as **explicações pessoais. ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente**, encerrou os trabalhos às 10h40min, convocando os senhores Vereadores para a próxima Sessão Ordinária em 05 de novembro de 2025, às 09:00 horas da manhã. O inteiro teor da sessão foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Carlos Vinicius Napoleão Nobre lavrei a presente ata, que, após lida, votada e aprovada, será assinada pelo senhor **Presidente**,



Câmara Municipal de Alto Santo

E demais Vereadores presentes,

Luís FELIPE OLIVEIRA LIMA

Luís Napoleão de Oliveira

Francisco Bezerra Barros

Plácido Otávio G. Neto

Francisco Otávio Dionísio dos Reis

Antônio das Neves Cabri

Antônio Emerson André de Araújo

Câmara Municipal
de Alto Santo